



Município do Corvo



Relatório de Contas 2010

Índice

Relatório de Gestão	1
● Objectivos do Município	1
● Factores Relevantes em 2010	2
a) <i>A evolução da gestão nos diferentes sectores em que o Município exerceu a actividade</i>	2
b) <i>Os factores relevantes ocorridos após o termo do exercício</i>	3
c) <i>A evolução previsível do Município</i>	3
d) <i>Proposta aplicação de resultados devidamente fundamentada</i>	3
e) <i>Outras Informações sobre a evolução da actividade e a situação do Município</i>	3
● Análise Económica, Financeira e Orçamental	6
a) <i>Fontes de Financiamento</i>	6
b) <i>Aplicação dos Recursos Financeiros</i>	8
c) <i>Análise do Balanço</i>	12
d) <i>Análise da Demonstração de Resultados por Natureza</i>	16
e) <i>Análise da Execução Orçamental</i>	21
● Composição dos Órgãos do Município	26
a) <i>Assembleia Municipal</i>	26
b) <i>Câmara Municipal</i>	27

Município do Corvo - Autarquia Local -

E-mail: cmcorvo@mail.telepac.pt
Contribuinte n°512 065 837
Rua Jogo da Bola, Corvo
9980 - Corvo



Relatório de Gestão

Objectivos do Município

O Município do Corvo, enquanto Autarquia Local e portanto pessoa colectiva de direito público, de âmbito territorial, tem como objectivo e sua principal razão de ser, a satisfação das necessidades colectivas da população, salvaguardando e fazendo prevalecer o interesse público. Nesta perspectiva, e acrescentando o facto de que a autarquia em causa se insere numa envolvente única, tanto a nível de dimensão, já que nos referimos a uma ilha-concelho de 17,1 Km², com 425 habitantes, mas também a nível de localização, uma vez que, para além de se situar na ultra-periferia europeia e portuguesa, situa-se na periferia açoreana. Por tudo isto, a Câmara Municipal do Corvo representa para os seus munícipes, o único meio de contacto com a Administração Pública do Estado, e como tal a única via de exposição e resolução dos seus problemas, dificuldades e anseios. Assim sendo a Autarquia apresenta-se como principal pólo aglutinador e dinamizador socio-económico daquela localidade e ao mesmo tempo elemento chave no combate ao isolamento, sendo a trave mestra, sobre a qual assenta o desenvolvimento do concelho.

O Município do Corvo, autarquia local, é constituído por dois órgãos, sendo eles a Assembleia Municipal, órgão deliberativo, e a Câmara Municipal, órgão executivo.

Os seus objectivos advêm das funções que lhe são acometidas, no quadro legal, Lei 159/99 de 14/09, alterada pela Lei 55-B/2004 de 30-12-2004; Lei 107-B/2003 de 31-12-2003 e DL 7/2003 de 15-01-2003, traduzindo-se estas em duas grandes áreas, o exercício do poder de autoridade e a prestação de serviços à população em áreas não cobertas por privados.

A actuação do Município ao longo dos últimos anos, teve como objectivo a cobertura das necessidades básicas da população, sendo de realçar que neste âmbito se elaboraram as grandes infra-estruturas, em campos como o abastecimento de águas, recolha de resíduos sólidos, vias de comunicação terrestres, ETA, etc. Desta forma conseguiu-se garantir a satisfação das necessidades básicas dos Munícipes, permitindo-lhes a base para a sobrevivência.



Para cumprimento das disposições legais, vimos submeter à Assembleia Municipal o relatório de gestão e as contas respeitantes à actividade desenvolvida no exercício de 2010:

● Factores relevantes em 2010

a) A evolução da gestão nos diferentes sectores em que o Município exerceu a actividade:

O **Município do Corvo**, em 2010 actuou nas áreas em que habitualmente as desenvolve, sendo elas a manutenção e construção de bens de domínio público e o abastecimento de água.

Em termos de **investimento** realça-se os que entraram em utilização, devido à sua conclusão, alguns investimentos no valor de € 32.428,11 sendo de destacar a construção das churrasqueiras no Parque de Campismo e a beneficiação à ETAR, O activo bruto teve um aumento de € 127.257,41, que engloba a grande reparação ao D6 e a remodelação do aterro sanitário.

No final de 2010 encontravam-se em execução vários projectos, que irão transitar na conta 44 – Imobilizado em curso.

Quanto à **estrutura organizacional**, manteve-se ao mesmo nível no ano anterior. No decorrer de 2010 a Edilidade apresentava uma estrutura de recursos humanos constituída por um total de 38 funcionários, sendo 27 com contrato trabalho em funções publicas de tempo indeterminado, 4 sem termo e 7 com contratos a termo certo. No executivo constavam 2 autarcas a tempo inteiro.

As **Políticas de Intervenção** do Município mantiveram, em continuidade com o passado, a busca do desenvolvimento para o Concelho.

Em termos de urbanismo realça-se a revisão a ser realizada ao PDM, a elaboração do Plano Pormenor da Zona Antiga Urbana da Vila a aguardar a ratificação por parte do Governo Regional. Ao longo de 2010 foi necessário efectuar alterações aos mesmos tendo em conta a entrada em vigor de nova legislação nestas áreas. Espera-se que no próximo ano, ambos entrarão em vigor.

A grande aposta para os próximos anos assente-se nas energias renováveis. No ano de 2010 foi adjudicado a prestação de serviços de levantamento de cada habitação da vila visando a instalação de sistemas solares de aquecimento de águas sanitárias. Este projecto irá reduzir a dependência da ilha no gás butano, tendo o MIT (Massachusetts Institute of Technology) demonstrado interesse no respectivo projecto. Por outro lado, foi igualmente adjudicado no ano de 2010 a elaboração do projecto técnico de construção e uma nova lagoa artificial, que proporcionará o abastecimento de água à ilha e facultará à EDA a infra-estrutura base para a produção de energia hídrica para a central eléctrica.



b) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício:

Não se registaram quaisquer factos relevantes.

c) A evolução previsível do Município

O ano de 2010 foi igualmente marcado a nível mundial pela crise económica que também afectou o Município. Os impostos directos e indirectos sofreram uma diminuição relativamente ao ano de 2009 e as receitas próprias de venda de bens e serviços registaram um decréscimo de cerca de 39,94%. No entanto, o endividamento a curto prazo diminuiu significativamente proporcionando assim a estabilidade necessária para no próximo ano económico avançar com a realização dos investimentos essenciais para o desenvolvimento do concelho.

d) Proposta de aplicação de resultados devidamente fundamentada:

O Município apresentou um Resultado Líquido do Exercício, no ano de 2010, no valor de € 588.904,21.

Estando cumprido o ponto 2.7.3.4 do POCAL, propõe-se nos termos da legislação em vigor, ponto 2.7.3.5 POCAL, tendo ainda em conta o o ofício SAI-VPGR/2007/1962 da DROAP – Direcção Regional de Organização e Administração Pública, que a totalidade deste resultado, seja incluído em Reservas Legais, na conta 571.

e) Outras informações sobre a evolução da actividade e a situação do Município:

As áreas de intervenção do Município têm vindo a crescer, dadas as grandes infra-estruturas se encontram realizadas. Os três QCA (Quadros Comunitários de Apoio) foram um factor marcante para a infra-estrutura do Concelho nas áreas do saneamento básico, abastecimento de águas, educação, infra-estruturas rodoviárias, protecção civil, etc.

Em 2010 foi concluída a empreitada de construção de churrasqueira no Parque de Campismo, proporcionado um melhoramento nas infra-estruturas de lazer no município e a Rua das Pedras sofreu uma grande reparação por administração directa.





Em continuidade com os anos anteriores, foi dada execução ao previsto no Regulamento dos Apoios na Remoção de Pátios de Criação de Suínos e Galináceos no Centro Urbano do Município do Corvo, proporcionado à população um serviço que viabiliza a economia local de base rural e permita salvaguardar a salubridade pública em compatibilidade com o Plano Director Municipal.



O aterro sanitário sofreu uma intervenção de limpeza e fecho das bolsas. Esta acção é o início dos projectos previstos para a área de resíduos sólidos, que



passará pela construção de um centro processamento e recolha selectiva de lixo.



O município participou no concurso *ECO Freguesia, freguesia Limpa* organizado pelo Governo dos Açores através da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, cujo principal objectivo foi reconhecer e distinguir os esforços das freguesias/municípios em colaboração com as populações nas áreas de limpeza, remoção e destino final dos resíduos no espaço público.





Em conjunto com a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), o Governo Regional dos Açores através da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e a Royal Society for Protection of Birds (RSPB) foi desenvolvida as actividades relacionadas com o projecto “Ilhas Santuário para Aves Marinhas”.

Foi adjudicada a empreitada de construção e pavimentação do Caminho da Várzea que permitirá o crescimento da malha urbana do concelho. Por outro lado foi iniciado o procedimento de concurso publico para a empreitada de repavimentação do troço da Avenida Nova ao Caminho dos Moinhos.



O ano 2010 foi igualmente marcado pela celebração do Dia dos Açores/Dia da Autonomia pela primeira vez na ilha, contando com a presença de diversas personalidades, destacando-se a presença do Excelentíssimos Senhores Presidente do Governo Regional e Presidente da Assembleia Regional, bem como a Excelentíssima Senhora Ministra da Cultura.

Agora o Concelho enfrenta novos desafios, com o novo Quadro Referência Estratégico Nacional (PROCONVERGENCIA) já iniciado em 2007 permitindo a candidatura de novas obras. Em 2010 foi aprovado a candidatura do projecto de reequipamento da ETAR do Corvo e submetido o projecto de Correção e Pavimentação do Caminho da Várzea que aguarda aprovação da Autoridade de Gestão do Programa Operacional PROCONVERGENCIA.

Os desafios dos próximos anos serão em diversas áreas, desde as já mencionada construção de nova lagoa artificial e a instalação de sistemas alternativos de aquecimento de águas sanitárias, passando a intervenções que envolverão diversas entidades desde o Governo Regional a empresas como a EDA e a PT, com as construções de novo aeroporto e melhoramento da pista de aviação, do centro de recolha de resíduos sólidos e a respectiva recolha selectiva, de infra-estruturas que proporcionarão o aproveitamento de energia hídrica e eólica, e ainda colocação de fibra óptica no concelho. Na área de desporto e recreio, prevê-se no próximo ano iniciar a remodelação do campo de jogos oferecendo aos munícipes uma infra-estrutura coberta que permitirá a prática de desporto ano longo de todo o ano e a realização das festas religiosas no verão.

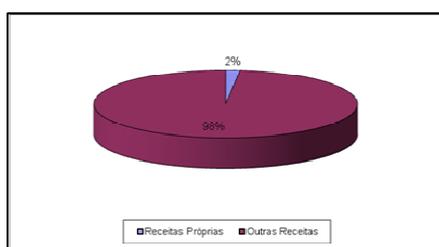
O papel do Município assume assim relevância nesta articulação sendo preponderante o estabelecimento de acções que permitam satisfazer as necessidades básicas dos seus munícipes, proporcionado o respectivo crescimento e desenvolvimento, permitindo assim a quebra do seu isolamento e a colocação do Município no mundo.

Analise Económica, Financeira e Orçamental

a) Fontes de Financiamento:

As fontes de financiamento compreendem os meios financeiros que no âmbito da política económica nacional são colocados à disposição das autarquias para o exercício das suas funções.

Receitas Próprias



As receitas próprias são todos os recursos financeiros que a autarquia pode arrecadar à excepção das transferências ou dos empréstimos contraídos.

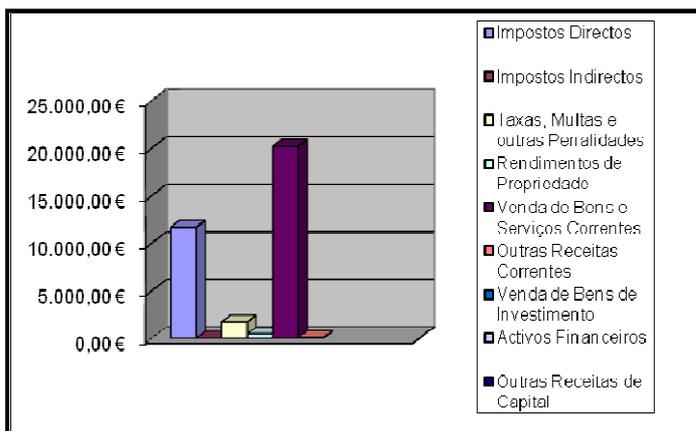
A actividade da autarquia é financiada em cerca de 2% através de receitas próprias.

As receitas próprias apresentam a seguinte importância face às receitas totais:

Receitas	Valor	%
Receitas Próprias	34.156,52 €	1,75%
Outras Receitas	1.916.903,44 €	98,25%
	1.951.059,96 €	100%

As receitas próprias do município encontram-se estruturadas da seguinte forma:

Receitas Próprias	Valor	%
Impostos Directos	11.704,99 €	34%
Impostos Indirectos	0	0%
Taxas, Multas e outras Penalidades	1.729,82 €	5%
Rendimentos de Propriedade	473,68 €	1%
Venda de Bens e Serviços Correntes	20.181,03 €	59%
Outras Receitas Correntes	67,00 €	0%
Venda de Bens de Investimento		
Activos Financeiros		
Outras Receitas de Capital		
Total	34.156,52 €	100%



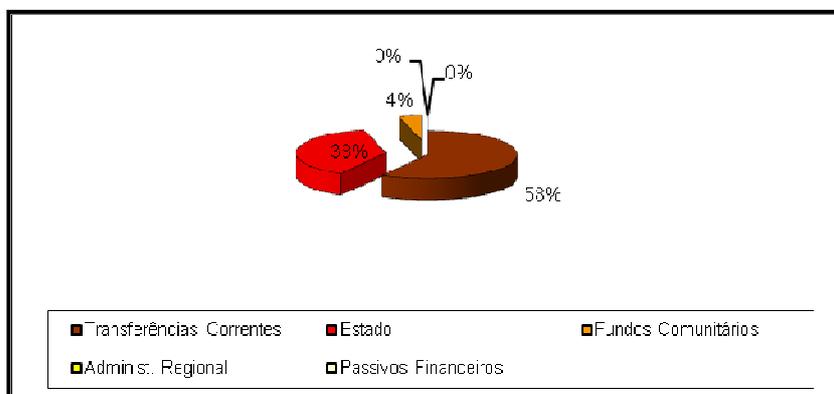
A grande fatia das receitas próprias advém das receitas provenientes da venda de bens e serviços correntes com 59% e dos impostos directos 34%.

Outros Financiamentos

Para além das receitas próprias, existem ainda as transferências do Orçamento de Estado, a título de participação nos impostos do Estado, assim como o acesso aos fundos comunitários e outros.

Receitas	Valor	%
Transferências Correntes	989.819,87 €	58,51%
Estado	635.338,00 €	37,56%
Fundos Comunitários	66.585,80 €	3,94%
Administ. Regional	0,00 €	0,00%
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00%
	1.691.743,67 €	100%

A grande predominância do financiamento da actividade do Município é através das transferências na forma de participação nos impostos do estado.



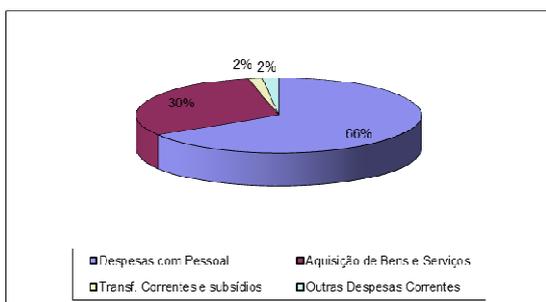
**b) Aplicação dos Recursos Financeiros:**

Abordam-se neste ponto as respectivas aplicações financeiras com despesas de funcionamento, com destaque para as despesas com pessoal, bem como as despesas com o serviço da dívida e o investimento.

Despesas de funcionamento

As despesas de funcionamento coincidem, de um modo geral, com as despesas correntes e consistem basicamente nas despesas que afectam o património não duradouro do Município.

Despesas	Valor	%
Despesas com Pessoal	628.533,37 €	65,94%
Aquisição de Bens e Serviços	291.543,17 €	30,59%
Transf. Correntes e subsídios	15.329,20 €	1,61%
Outras Despesas Correntes	17.756,44 €	1,86%
	953.162,18 €	100%

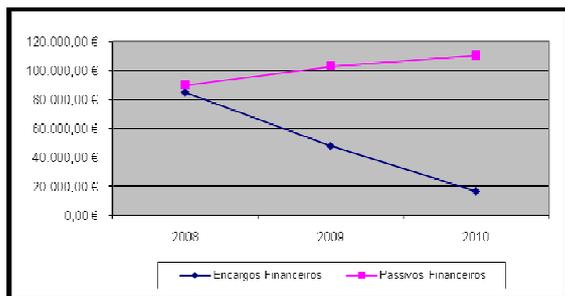


Da análise da tabela conclui-se que a representatividade das despesas com o pessoal assume 65,94% das despesas de funcionamento.

Serviço da Dívida

O serviço da dívida compreende o montante suportado com os encargos financeiros (juros) e os passivos financeiros (amortizações).

	Valor		
	2008	2009	2010
Serviço da Dívida	Valor	Valor	Valor
Encargos Financeiros	84.776,99 €	47.882,06 €	16.611,64 €
Passivos Financeiros	89.940,98 €	102.924,36 €	110.318,08 €
Total	174.717,97 €	150.806,42 €	126.929,72 €



Como podemos verificar o serviço da dívida sofreu grandes alterações.

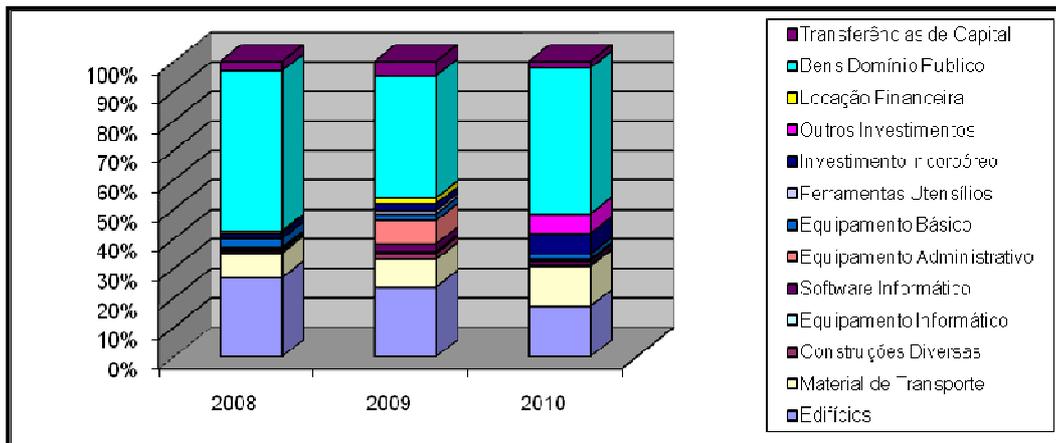
O ano de 2010 foi marcado pela descida das taxas de juro afectando directamente os passivos financeiros e os respectivos encargos. Os encargos financeiros sofreram uma diminuição significativa de 87%, enquanto que os passivos financeiros aumentaram 12,6% devido ao facto que muitos dos contratos de empréstimos contraídos estarem no regime de prestações constantes.

Investimento municipal

O investimento apurado a partir do mapa de execução do PPI, não reflecte a totalidade do investimento do município, dado que só inclui as verbas pagas.

Aquisição de bens de	Anos		
	2008	2009	2010
Capital	Valor	Valor	Valor
Edifícios	233.284,30 €	114.623,44 €	192.620,11 €
Construções Diversas	72.892,61 €	45.537,99 €	151.829,09 €
Material de Transporte	7.209,02 €	9.655,84 €	3.166,94 €
Equipamento Informático	1.836,82 €	2.968,88 €	2.150,50 €
Software Informático	3.513,12 €	12.595,17 €	13.915,90 €
Equipamento Administrativo	3.600,47 €	38.669,61 €	8.591,72 €
Equipamento Básico	26.703,33 €	10.291,45 €	18.938,47 €
Ferramentas Utensílios	732,53 €	5.933,39 €	522,55 €
Investimento incorpóreo	14.891,95 €	10.987,32 €	78.196,54 €
Outros Investimentos	0,00 €	0,00 €	74.440,00 €
Locação Financeira	6.672,10 €	9.790,05 €	0,00 €
Bens Domínio Publico	472.778,88 €	200.630,73 €	557.003,37 €
Transferências de Capital	27.054,64 €	23.131,95 €	24.040,74 €
Total	871.169,77 €	484.815,82 €	1.125.415,93 €

Da análise da tabela ressalta o valor gasto na aquisição de bens do domínio público que representa 49% e na rubrica de edifícios 17%, existindo ainda um valor na rubrica outros investimentos 7%, estas rubricas representam o início do projecto de instalação em cada habitação do concelho de sistemas alternativos de aquecimento de águas sanitárias.

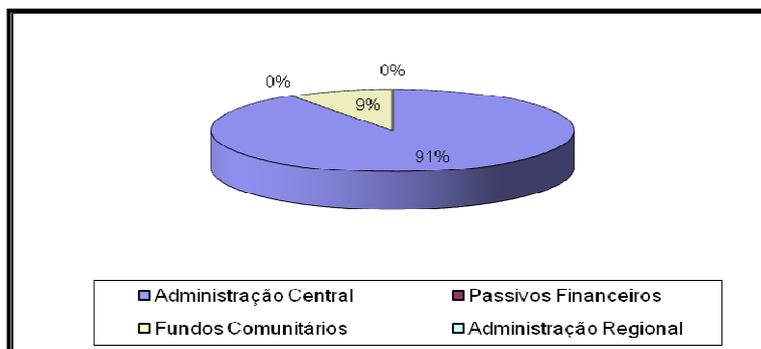


Investimento e Fontes de Financiamento

Entendem-se pois como principais fontes de financiamento o produto de: venda de bens de investimento; componente de capital dos fundos atribuídos ao município no âmbito da participação nos impostos do estado; fundos comunitários; recurso ao crédito; outras transferências de capital e outras receitas de capital.

Financiamento/Investimento	Valor	%
Administração Central	635.338,00 €	90,51%
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00%
Fundos Comunitários	66.585,80 €	9,49%
Administração Regional	0,00 €	0,00%
Total	701.923,80 €	100%

De salientar que no corrente ano a autarquia esteve na dependência directa dos fundos provenientes do orçamento do estado (90,51%) não apresentando outras fontes de financiamento alternativo.





Capacidade de Endividamento

A 1 de Janeiro de 2007 entrou em vigor a nova Lei das Finanças Locais, Lei nº 2/2007, de 15/01 que introduziu o conceito de endividamento líquido municipal, consistindo da diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

O montante de endividamento líquido total de cada município, em 31 de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior. Por outro lado, o montante dos contratos de empréstimos a médio e longo prazo não pode exceder o montante das referidas receitas, enquanto que a soma dos empréstimos a curto prazo não pode ultrapassar 10% desse mesmo valor. No ano de 2010, devido à crise financeira que atravessa o país, foi implementado medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC). O artigo 18º desta Lei 12-A/2010 de 30/6, reduziu os montantes das transferências para os municípios inicialmente previstos na Lei do Orçamento do Estado para o ano 2010. Assim sendo, para o ano de 2010 o Município desfrutava de um limite máximo de endividamento líquido de 2.012.366,45€ e de limite máximo de endividamento com empréstimos a médio e longo prazo de 1.609.893,16€.

Demonstração do cálculo dos limites ao endividamento municipal para 2010			
	Designação	Montante	
(1)	IMI 2009	6.285,99	
(2)	IMT 2009	173,94	
(3)	IMV 2009	3.248,23	
(4)	CA 2009	0,00	
(5)	Fundos Municipais de 2010	1.600.185,00	
(6)	Total	1.609.893,16	
(7)	Limite de endividamento a curto prazo	160.989,32	10% de (6)
(8)	Limite de endividamento a médio e longo prazo	1.609.893,16	(6)
(9)	Limite endividamento liquido	2.012.366,45	125% de (6)

A Lei do Orçamento de Estado de 2007 (Decreto-Lei nº 50-A/2007, de 6/03) no seu artigo 33º determina excepções ao endividamento municipal referente a empréstimos de médio e longo prazo. Podem excepcionar-se os empréstimos e as amortizações destinadas exclusivamente ao financiamento de projectos com participação de fundos comunitários.



O Município tem dois financiamentos que reúnem estas condições, sendo eles o referente à Lagoa Artificial e Estrada de Acesso contratado a 20-06-2000, e o dos Caminhos Municipais da Grota e da Galinha contratado a 23-07-2001.

Situação face aos limites ao endividamento municipal a 31/12/2010:

	Designação	Montante	Observações
(26)	Capital em dívida de médio a longo prazo	1.419.845,42	Empréstimos médios e longo prazo
(27)	Endividamento líquido	1.478.903,72	Endividamento líquido - diferença entre passivos e activos
(28)	Capital em dívida excepcionada dos limites	591.360,28	Empréstimos excepcionados em dívida
(29)	Capital em dívida de médio a longo prazo a considerar	828.485,14	Valor dívida de empréstimos a incluir no endividamento
(30)	Endividamento líquido a considerar	887.543,44	Endividamento líquido excluindo montantes legalmente excepcionados

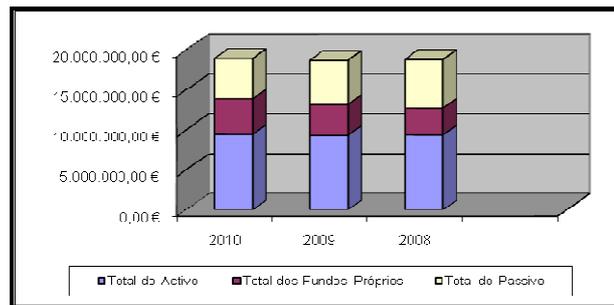
Utilizando a fórmula de cálculo proporcionada pela Direcção Geral das Autarquias Locais, no quadro supra evidencia-se que a 31 de Dezembro de 2010 o Município encontrava-se dentro dos limites de endividamento líquido e de endividamento com empréstimos a médio e longo prazo. O endividamento líquido era de 44,10% do montante máximo permitido e o referente a empréstimos era de 51,46%. Em 2009 estes valores eram de 56,82% e 55,33% respectivamente, o que demonstra o esforço feito pelo município para reduzir o seu endividamento. Refere-se ainda que não foram contraídos empréstimos de curto prazo.

c) Análise do Balanço:

Estrutura Patrimonial

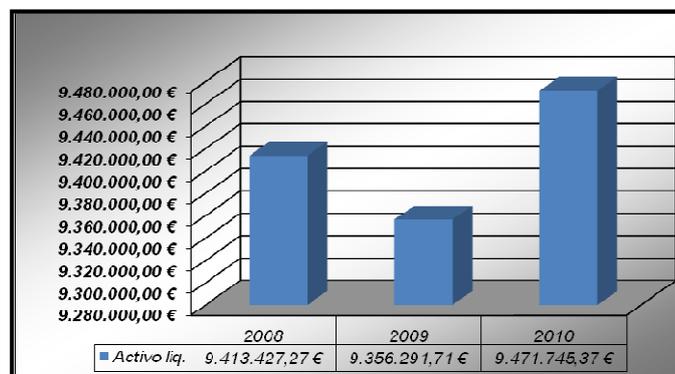
A Estrutura Patrimonial do Município teve um ligeiro decréscimo, apesar de se manter constante ao longo dos anos em análise, não apresentando oscilações significativas.

	2010	2009	2008
Total do Activo	9.471.745,37 €	9.356.291,71 €	9.413.427,27 €
Total dos Fundos Próprios	4.401.486,80 €	3.812.582,59 €	3.343.834,96 €
Total do Passivo	5.070.258,57 €	5.543.709,12 €	6.069.592,31 €



Activo

Em 2010 o Activo Líquido Municipal foi de 9.471.745,37€ que corresponde a um acréscimo de 115.453,66€ em relação ao ano anterior.



Activo Líquido	Anos					
	2008		2009		2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens Domínio Público	4.169.333,36 €	44,29%	4.197.469,27 €	44,86%	4.313.944,67 €	45,55%
Imobilizações Incorpóreas	227.925,47 €	2,42%	342.225,97 €	3,66%	327.179,92 €	3,45%
Imobilizações corpóreas	4.668.256,67 €	49,59%	4.439.300,98 €	47,45%	4.479.053,09 €	47,29%
Investimentos Financeiros	2.500,00 €	0,03%	2.500,00 €	0,03%	2.500,00 €	0,03%
Existências	155.080,91 €	1,65%	138.301,57 €	1,48%	127.102,35 €	1,34%
Dividas de terceiros M/L Prazo						
Dividas de terceiros Curto Prazo	12.588,45 €	0,13%	5.561,22 €	0,06%	17.164,85 €	0,18%
Títulos Negociáveis						
Caixa e Bancos	176.873,78 €	1,88%	230.408,74 €	2,46%	204.151,14 €	2,16%
Acréscimos e Diferimentos	868,63 €	0,01%	523,96 €	0,01%	649,35 €	0,01%
Total	9.413.427,27 €	100%	9.356.291,71 €	100%	9.471.745,37 €	100%



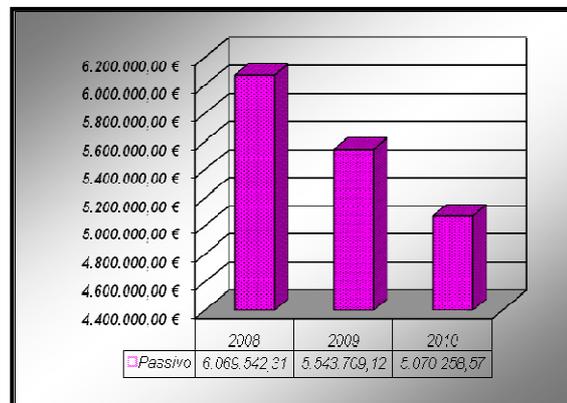
Este valor deve-se em parte á diminuição do Imobilizado (imobilizações corpóreas, que não é compensado com o aumento das imobilizações incorpóreas e os bens de domínio publico) como se pode verificar através do mapa do activo, á diminuição do valor das existências em armazém e da diminuição das dívidas de terceiros de curto prazo.

Dívidas de Terceiros	Anos					
	2008		2009		2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Clientes C/C	8.161,83 €	64,84%	750,00 €	13,49%	2.285,00 €	13,31%
Utentes C/C	2.947,54 €	23,41%	797,85 €	14,35%	2.798,71 €	16,30%
Estado e outros entes públicos	1.479,08 €	11,75%	4.013,37 €	72,17%	12.081,14 €	70,38%
Total	12.588,45 €	100%	5.561,22 €	100%	17.164,85 €	100%

As Dividas de Terceiros tiveram um aumento aproximando os níveis verificados em 2008. As dívidas do Estado e Outros Entes Públicos englobam os valores do IVA a recuperar.

Passivo

No final de 2010 o Passivo Municipal perfazia 5.070.258,57€, ou seja menos 473.450,55€ do que no ano anterior.



PASSIVO	Anos					
	2008		2009		2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dividas a terceiros M/L prazo	1.633.087,86 €	26,91%	1.530.163,50 €	27,60%	1.419.845,42 €	28,00%
Dividas a terceiros C/ prazo	598.203,86 €	9,86%	362.258,80 €	6,53%	113.160,47 €	2,23%
Acréscimos e diferimentos	3.838.300,59 €	63,24%	3.651.286,82 €	65,86%	3.537.252,68 €	69,76%
Total	6.069.592,31 €	100%	5.543.709,12 €	100%	5.070.258,57 €	100%



O valor do passivo deveu-se a uma diminuição de todas as rubricas que o compõem. Esta diminuição deve-se à política de pagamentos praticada pelo município, procurando manter o seu endividamento em níveis suportáveis.

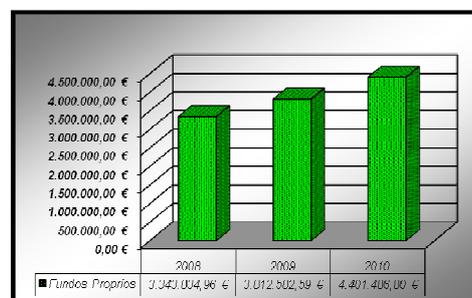
Dívidas a Terceiros	Anos					
	2008		2009		2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívidas a instituições de credito M/L prazo	1.633.087,86 €	71,68%	1.530.163,50 €	80,86%	1.419.845,42 €	92,62%
Fornecedores C/C	86.590,46 €	2,57%	75.646,36 €	4,00%	9.615,52 €	0,63%
Fornecedores imobilizado C/C	478.825,59 €	23,93%	26.989,52 €	1,43%	35.924,63 €	2,34%
Estado Outros Entes Públicos	7.717,62 €	0,43%	6.763,38 €	0,36%	5.394,27 €	0,35%
Outros Credores	15.738,81 €	0,72%	252.859,54 €	13,36%	10.260,11 €	0,67%
Fornecedores de Leasing	9.331,38 €	0,67%	0,00 €	0,00%	51.965,94 €	3,39%
Total	2.231.291,72 €	100%	1.892.422,30 €	100%	1.533.005,89 €	100%

As dividas a terceiros sofreram uma diminuição devido às rubricas que a compõem, havendo apenas um aumento da divida a fornecedores de factoring e de imobilizado, mas valores de aumento nada significativos comparados com as diminuições efectuadas (359.416,41). Todas as outras rubricas apresentam diminuições.

Em relação ao aumento da rubrica de fornecedores de factoring deve-se essencialmente à constituição do regime de factoring para substituir a facturação existente com fornecedores de imobilizado, cumprindo o preconizado nas orientações do SATAPOCAL.

Fundos Próprios

O aumento, no exercício de 2010, deve-se ao facto de se ter contabilizado o valor que estava no resultado liquido como reservas legais, procedimento que esta de acordo com a proposta de aplicação de fundos.





Fundos Próprios	Anos					
	2008		2009		2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	Património	1.886.520,30 €	56,42%	1.886.520,30 €	49,48%	1.886.520,30 €
Reservas Legais	1.146.796,36 €	34,30%	1.457.314,66 €	38,22%	1.926.062,29 €	43,76%
Reservas Livres	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Resultado Líquido	310.518,30 €	9,29%	468.747,63 €	12,29%	588.904,21 €	13,38%
Total	3.343.834,96 €	100%	3.812.582,59 €	100%	4.401.486,80 €	100%

d) Análise da Demonstração de Resultados por Natureza:

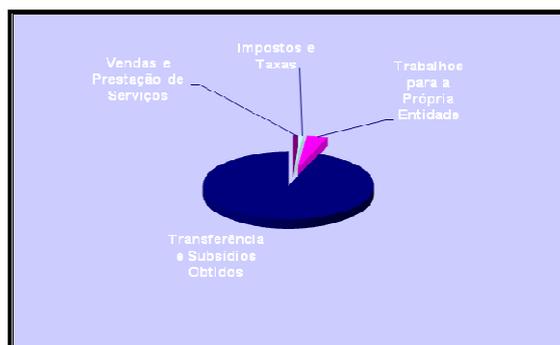
Proveitos e Ganhos Operacionais

Em 2010 os proveitos operacionais tiveram um aumento de cerca 2% em relação ao ano anterior.

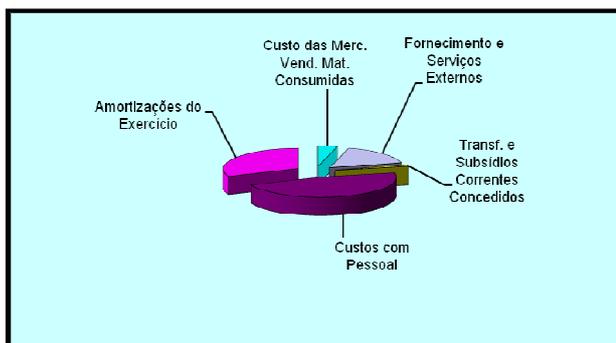
Proveitos e Ganhos Operacionais	Anos		
	2008	2009	2010
	Valor	Valor	Valor
Vendas e Prestação de Serviços	59.902,00 €	33.408,87 €	16.896,72 €
Impostos e Taxas	10.203,86 €	10.517,07 €	13.434,81 €
Trabalhos para a Própria Entidade	133.714,32 €	66.836,05 €	70.144,06 €
Transferência e Subsídios Obtidos	1.514.073,63 €	1.581.990,70 €	1.625.157,87 €
Total	1.717.893,81 €	1.692.752,69 €	1.725.633,46 €

Dos proveitos e ganhos operacionais destacam-se por ordem de grandeza as transferências e subsídios obtidos, que correspondem a 94% do total dos proveitos operacionais e respeitam aos subsídios recebidos pela administração central.

Os impostos e taxas sofreram um aumento de € 2.917,74 e os trabalho para a própria entidade aumentaram em 4,95%.



Custos Operacionais



Os custos e perdas operacionais suportados pelo município do Corvo em 2010 totalizaram 1.269.978,62€.

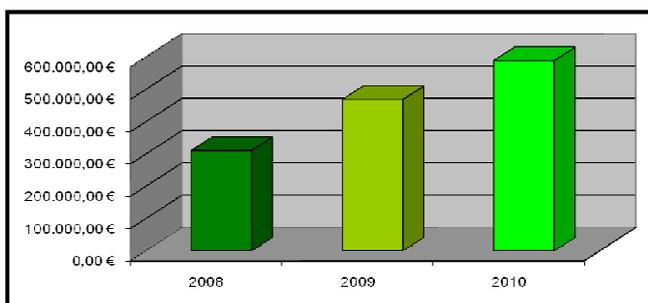
	Anos		
	2008	2009	2010
Custos e Perdas Operacionais	Valor	Valor	Valor
Custo das Merc. Vend. Mat. Consumidas	108.518,27 €	83.792,78 €	52.934,25 €
Fornecimento e Serviços Externos	250.251,35 €	208.683,19 €	207.742,77 €
Transf. e Subsídios Correntes Concedidos	30.969,32 €	5.150,00 €	15.179,20 €
Custos com Pessoal	752.749,67 €	681.301,75 €	598.128,89 €
Amortizações do Exercício	308.989,41 €	367.454,25 €	395.993,51 €
Total	1.452.478,02 €	1.346.381,97 €	1.269.978,62 €

Os fornecimentos e serviços externos respeitam a todos os custos de estrutura inerentes ao funcionamento do município, apresentando um decréscimo que significa alguma poupança por parte do município.

Os custos com o pessoal sofreram uma diminuição significativa, devido à terminação de alguns contratos, a existência de pessoal destacado em outras entidades.

Análise dos Resultados Líquidos

O resultado líquido do exercício teve um aumento, devido em parte à diminuição dos custos operacionais e diminuição dos seus proveitos operacionais que influenciou positivamente esse mesmo resultado. De salientar





ainda o aumento do resultado corrente, tendência que foi acompanhada pelo seu resultado financeiro que teve um decréscimo positivo devido às oscilações das taxas de juros no ano de 2010.

Análise da Demonstração de Resultados por Funções

Rubricas	Anos		
	2008	2009	2010
Proveitos Operacionais	1.717.893,81 €	1.692.752,69 €	1.725.633,46 €
Custos Operacionais	1.452.478,02 €	1.346.381,97 €	1.269.978,62 €
Resultados Operacionais	265.415,79 €	346.370,72 €	455.654,84 €
Resultados Financeiros	-81.869,00 €	-41.288,94 €	-10.988,13 €
Resultados Correntes	183.456,79 €	305.081,78 €	444.666,71 €
Resultados Extraordinários	126.971,50 €	163.665,85 €	144.237,50 €
Resultados Líquidos	310.518,30 €	468.747,63 €	588.904,21 €

Da observação da tabela salienta-se o facto dos resultados operacionais terem aumentado de uma forma positiva, sendo indicador de uma boa gestão. Face ao ano anterior manteve o seu nível de eficiência que tinha ganho no ano passado. Os resultados financeiros espelham a situação actual do mercados financeiros, que por sua vez fez diminuir de forma positiva este saldo.

Indicadores Económicos e Financeiros

<u>Rácios económico-financeiros</u>	2010	2009
Liquidez reduzida	1,96	0,65
Liquidez geral	3,08	1,03
Autonomia Financeira	46,47%	32,52%
Cobertura do Activo circulante	-0,01	-0,200
C.Permanentes/Activo Fixo Líquido	63,81%	59,49%
(C.Permanentes + Acrésc. e difer. (274)) /Activo Fixo Líquido	101,40%	98,73%
Passivo M/L prazo/Cap. Próprios	32,26%	40,13%
Prazo médio de pagamento (dias)	13,46	94,40
Prazo médio de recebimento (dias)	61,18	12,86



Rotação de Stocks		0,42	0,61
Valor stock médio anual		127.102,35	138.301,57
Tempo de Rotação das matérias-primas		704,15	447,05
Stock matérias-primas em 31/12		102.119,45	102.628,61
Matérias-primas consumidas no ano		52.934,25	108.518,27
Rendibilidade dos Capitais Próprios	$[(1) + (2) \times [(1) - (3)]] \times (4)$	14,79%	12,29%
(1) Resultado Operacional / Activo		4,81%	3,70%
(2) Capitais Alheios / Capitais Próprios		1,37	1,45
(3) Encargos Financeiros Líquidos / Passivo		0,18%	0,74%
(5) Res. Antes Impostos / Resultados Correntes		1,32	1,54

Interpretação de rácios associados às contas de 2010

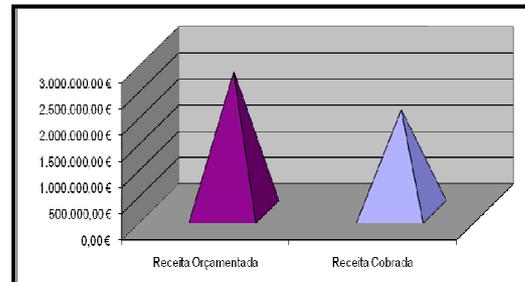
Rácio	Interpretação
Liquidez geral	<p>A liquidez traduz a capacidade do Município fazer face aos seus compromissos de curto prazo.</p> <p>Embora o valor adequado deste rácio varie consoante as características do sector de actividade e da entidade, serão aceitáveis valores entre 1,3 e 1,5.</p> <p>Neste caso, regista-se um valor superior a 3 (3,08), o que traduz a existência de um fundo de maneo positivo. Além disso, trata-se de um desempenho superior ao que se verificou no exercício anterior, originando o reforço do equilíbrio financeiro de curto prazo face a 2009 (1,03)</p>
Liquidez reduzida	<p>A liquidez geral, só por si, não fornece informação completa sobre a liquidez da instituição.</p> <p>Assim, utiliza-se o rácio de liquidez reduzida em que o numerador corresponde ao activo circulante deduzido dos stocks, normalmente caracterizados por um menor grau de liquidez.</p> <p>A comparação com o rácio anterior permite evidenciar a importância dos stocks na liquidez da instituição.</p> <p>Este indicador, à semelhança da liquidez geral, apresenta em 2010 (1,96) valores superiores aos de 2009 (0,65) e superiores aos valores de referência (0,9 a 1,1).</p>
Autonomia Financeira	<p>A autonomia financeira traduz a capacidade do município fazer face aos seus compromissos a médio / longo prazo.</p> <p>Este rácio compara os fundos próprios com a totalidade dos meios aplicados na</p>



	<p>instituição. Um valor inferior a 1/3 aconselha alguma prudência, pois reflecte uma elevada dependência de credores.</p> <p>O município apresenta um valor (46,47%) superior ao mínimo referido no parágrafo anterior e melhor do que em 2009 (40,75%) e 2008 (35,52%), revelando uma tendência consistente de crescimento.</p>
Prazo médio de pagamentos	<p>O prazo médio de recebimentos traduz o tempo que o município demora a receber, em média, os créditos concedidos aos clientes. O prazo médio de pagamentos traduz o tempo que o município demora a pagar, em média, os créditos concedidos por fornecedores. Estes rácios devem ser analisados de forma conjunta e possuem um importante impacto nos rácios de liquidez.</p> <p>O prazo médio de pagamentos (13,46 dias) é consideravelmente inferior ao de recebimentos (61,18 dias), o que contribui negativamente para a liquidez do município. Além disso, regista-se um afastamento bastante significativo entre estes rácios por comparação com a situação verificada em 2009, com o consequente impacto negativo nos níveis de liquidez do município.</p>
Prazo médio de recebimentos	
Rotação de Stocks	<p>Qualquer entidade deverá procurar uma rotação de stocks o mais elevada possível de modo a melhorar a sua rentabilidade.</p> <p>Este rácio apresenta um valor de 0,42 em 2010 o que significa que, durante todo os ano, as vendas de existências corresponderam apenas a 42% do stock registado no final do ano. Trata-se de um valor bastante baixo, eventualmente condicionado pelo isolamento da ilha, e inferior ao registado em 2009 (0,61)</p>
Rendibilidade Capitais Próprios	<p>O rácio cifra-se em 14,79% o que significa que, por cada cem euros de fundos próprios, é gerado um resultado de 14,79 euros.</p> <p>Este indicador pode ser decomposto, proporcionando uma melhor compreensão quanto à origem da rentabilidade. Destacam-se, para efeitos de análise, três grandes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Operacional: regista-se uma rentabilidade na área operacional de 4,81%;• Financeira: conjuga a estrutura de capitais com o diferencial entre a rentabilidade da área operacional e os custos associados ao passivo. Apresenta uma rentabilidade positiva de 6,35%;• Extraordinária: com um valor superior à unidade, é responsável por cerca de 28,58% dos resultados do município.

e) Análise da Execução Orçamental:

A análise da execução orçamental de 2010 é feita comparando a sua evolução aos últimos três anos.

Análise da receita**Receita Orçamentada – 2.680.514,00 €****Receita Cobrada – 1.951.059,96 €**

As receitas cobradas relativamente ao total da receita prevista correspondem a uma taxa de execução de 72,78%.

Receita Cobrada em 2010	
Impostos directos	11.704,99
Impostos indirectos	0,00
Taxas, multas e outras penalidades	1.729,82
Rendimentos da propriedade	473,68
Transferências correntes	989.819,87
Venda de bens e serviços correntes	20.181,03
Outras receitas correntes	67,00
Venda de bens de investimento	0,00
Transferências de capital	701.923,80
Activos financeiros	0,00
Passivos financeiros	0,00
Outras receitas de capital	0,00
Reposições não abatidas nos pag.	6.310,77
Saldo da gerência anterior	218.849,00
	1.951.059,96



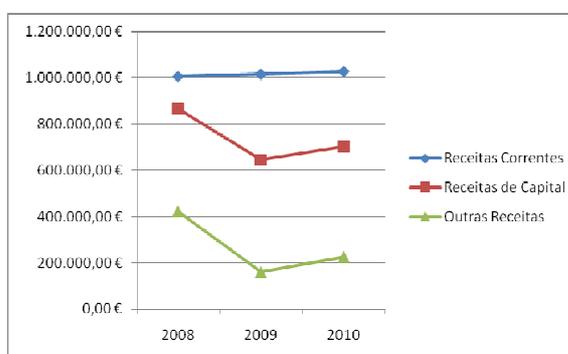


Evolução da Receita

As receitas em 2010 totalizaram 1.951.059,96 €, sendo 1.023.976,39 € (52%) de receitas correntes e 1.287.426,93 € (47%) de receitas de capital.

	Receitas		
	2008	2009	2010
Receitas Correntes	1.005.245,53 €	1.015.309,86 €	1.023.976,39 €
Receitas de Capital	865.590,84 €	644.491,01 €	701.923,80 €
Outras Receitas	421.836,09 €	160.365,71 €	225.159,77 €
Receitas Totais	2.292.672,46 €	1.820.166,58 €	1.951.059,96 €

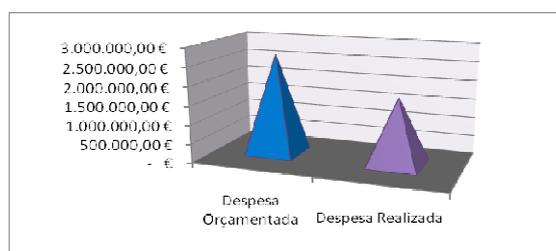
Da análise do gráfico pode-se concluir que a receita teve um crescimento moderado em relação ao ano transacto cerca de 7%. Sendo que as receitas correntes têm se mantido estáveis com uma tendência de crescimento, já em relação às receitas de capital tiveram uma subida moderada em relação a 2009.



Análise da Despesa

Despesa Orçamentada – 2.680.514,00 €

Despesa Realizada – 1.761.174,89 €



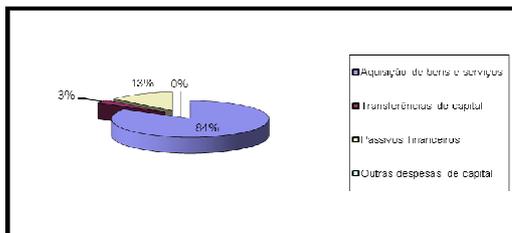
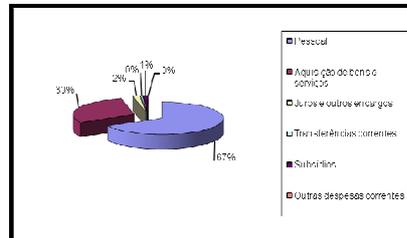
O grau de execução das despesas foi ligeiramente inferior ao do ano anterior, situando-se nos 65,70%.

Despesas Correntes	935.424,89 €	53,11%
Despesas de Capital	825.750,00 €	46,89%
Despesas Totais	1.761.174,89 €	100%



O total dos pagamentos efectuados em 2010 foi de 1.761.174,89 €, sendo 935.424,89 € (53,11%) de despesas correntes e 825.750,00 € (46,89%) de despesas de capital.

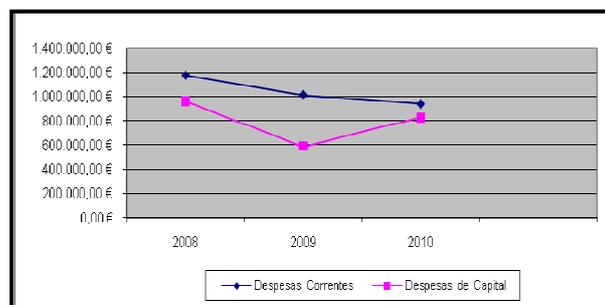
DESPESAS CORRENTES	
Pessoal	628.278,03 €
Aquisição de bens e serviços	275.261,22 €
Juros e outros encargos	16.611,64 €
Transferências correntes	4.129,20 €
Subsídios	10.000,00 €
Outras despesas correntes	1.144,80 €
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	935.424,89 €



Despesas de Capital	
Aquisição de bens de capital	691.391,18 €
Transferências de capital	24.040,74 €
Passivos financeiros	110.318,08 €
Outras despesas de capital	0,00 €
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	825.750,00 €

	Evolução das Despesas		
	2008	2009	2010
Despesas Correntes	1.171.864,36 €	1.013.578,58 €	935.424,89 €
Despesas de Capital	961.110,75 €	587.740,18 €	825.750,00 €
Despesas Totais	2.132.975,11 €	1.601.318,76 €	1.761.174,89 €

As despesas correntes têm sofrido um decréscimo significativo ao longo dos anos, representando um esforço da autarquia em tornar os recursos mais eficientes e demonstrando poupança ao nível do funcionamento. As despesas de capital apresentam um aumento significativo em relação ao ano transacto, tal facto deve-se à aquisição de bens e serviços de investimento que visam os projectos a serem desenvolvidos nos próximos anos económicos.





Análise das Receitas e das Despesas – Rácios

Seguidamente apresentam-se alguns rácios comparativos na óptica da classificação orçamental.

RACIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA (%)

Rácios	2008	2009	2010
1-Receitas Próprias/Receita Total	4%	3%	1,75%
2-Impostos Directos/Receita total	0,40%	0,53%	0,60%
3-FSM+PIRS+FEF/Receita Total	40%	87%	82%
4-Impostos Directos/Receita Corrente	1%	1%	1%
5-Venda de Bens e Serv. /Receita Corrente	6%	4%	2%
6-Receitas Correntes/Receita Total	44%	47%	52%
7-Receita de Capital/Receita Total	55%	46%	36%
8-Transferencias Exterior/Receita Total	38%	1%	3%

Notas Explicativas

1. As receitas próprias tiveram um decréscimo face ao total das receitas municipais.
2. O peso dos impostos directos nas receitas do município aumentou no corrente ano 0,07%.
3. As transferências dos fundos municipais tiveram uma diminuição em relação com o ano anterior.
4. O peso dos impostos directos no total das receitas corrente é de apenas 1%.
5. A venda de bens e serviços diminui-o em relação ao total das receitas correntes.
6. No valor global das receitas arrecadadas pelo Município no corrente ano, 52% são receitas correntes.
7. As receitas de capital correspondem a 36% das receitas municipais, apresentando um decréscimo face ao ano anterior.
8. O peso das transferências do exterior no total das receitas do Município é de 3%.

RACIOS DA ESTRUTURA DA DESPESA (%)

Rácios	2008	2009	2010
1- Pessoal/Despesas Correntes	62%	69%	67%
2-Aq. Bens e Serviços/Despesas Correntes	29%	25%	29%
3-Investimentos/Despesa de Capital	92%	79%	87%
4-Passivos Financeiros/Despesa de Capital	6%	18%	13%
5-Despesas Correntes/Despesas Totais	47%	63%	53%
6- Despesas de Capital/Despesas Totais	53%	37%	47%



Notas Explicativas

1. O peso que as despesas com pessoal tiveram nas despesas correntes desceu ligeiramente em relação ao ano anterior.
2. A aquisição de bens e serviços sofreu um ligeiro aumento em relação ao total das despesas correntes.
3. Comparativamente ao ano anterior verificou-se um aumento acentuado nos investimentos em relação ao total das despesas de capital, representando 87% das despesas de capital.
4. Os encargos com a amortização de empréstimos diminuiu em relação ao total das despesas de capital.
5. As despesas correntes têm-se mantido estáveis devido ao esforço que se vem fazendo na melhoria dos serviços a prestar aos munícipes.
6. As despesas de capital aumentaram em relação ao ano transacto.

Execução das Grandes Opções do Plano

Na execução das Grandes Opções do Plano anexas a este relatório, pode verificar-se a execução financeira real de cada projecto à data de 31 de Dezembro de 2010, referindo-se aqui apenas os valores programados e executados.

Execução das Grandes Opções do Plano

	Previsto	Realizado	%
Administração Geral	79.000,00 €	58.739,70 €	74,35%
Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	25.000,00 €	4.025,00 €	16%
Acção Social	20.000,00 €	17.740,74 €	88,70%
Ordenamento do Território	61.000,00 €	35.597,43 €	58,36%
Saneamento	8.500,00 €	3.360,00 €	40%
Abastecimento de Água	97.500,00 €	40.106,89 €	41,14%
Resíduos Sólidos	60.500,00 €	5.898,20 €	9,75%
Protecção do Meio Amb. e conserv. da Natureza	1.500,00 €	0,00 €	0,00%
Cultura	225.549,00 €	141.777,94 €	62,86%
Desporto, Recreio e Lazer	63.500,00 €	55.032,30 €	16,82%
Transportes Rodoviários	680.000,00 €	338.756,71 €	49,82%
Agricultura e pecuária	1.000,00 €	55,20 €	5,52%
Industria e Energia	111.000,00 €	8.041,81 €	7%
Operações da Dívida da Autarquia	156.000,00 €	126.843,97 €	81,31%
Diversas não Especificadas	31.000,00 €	16.300,00 €	0,00%
Total	1.848.549,00 €	937.238,41 €	50,70%

Como se pode constatar pela tabela acima o grau de execução fixou-se nos 50,70% ficando abaixo das expectativas iniciais.



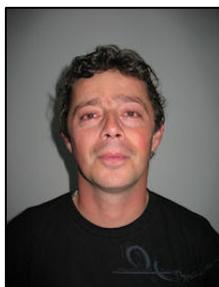
Composição dos órgãos do Município

Assembleia Municipal para o Quadriénio de 2010-2013



Óscar Manuel Valentim da
Rocha

Presidente da Assembleia
Municipal



Luís Carlos André Jorge

1º Secretário da Assembleia
Municipal



Maria da Conceição
Lourenço de Fraga Mendes

2ª Secretária da Assembleia
Municipal



Deputados Municipais:

Grupo Municipal do Partido Socialista

Patrícia Manuela Mendes Emílio
Paulo Alexandre de Lima Dias
João de Brito Mendonça Xavier
Fernando Pimentel Câmara
Lubélio de Fraga Mendonça
Vitória André Avelar Valadão
Maria José Mendonça de Fraga Pimentel Ferreira
Carla Milagres Freitas de Fraga

Grupo Municipal do Partido Popular Monárquico

Orlando Mendes Emílio
Maria de Fátima Mendonça Patrício (renunciou)
Paulo Jorge Abraços Estêvão
Célia Marina Fraga Nunes
Filipe Tadeu Hilário Alves



● Câmara Municipal para o Quadriénio de 2010-2013



Manuel das Pedras Rita

Presidente da Câmara
Municipal



Carlos Manuel Valadão

Vice-Presidente da
Câmara Municipal



Aida Maria de Freitas
Felicidade

Vereadora



Joe Valadão Rego

Vereador



Deolinda Rosa Machado
Vieira Estêvão

Vereadora